



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 2/14:

Aprova o contrato de investimento do projecto denominado «DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00, no Regime Contratual.

Universidade Agostinho Neto

Deliberação n.º 1/14:

Ratifica a Deliberação n.º 47/12, da Comissão Permanente do Senado Universitário para os Assuntos Científicos, que aprova o Regulamento do Prémio UAN de Investigação Científica.

Deliberação n.º 2/14:

Aprova a proposta de criação do Instituto Superior de Tecnologias da Universidade Agostinho Neto, abreviadamente designado por ISTUAN e submete o respectivo processo de solicitação de criação da referida unidade orgânica ao Órgão de Tutela, para os ulteriores termos.

Deliberação n.º 3/14:

Aprova o Estatuto Orgânico do Centro de Estudos em Ciências Jurídico-Económicas e Sociais da Universidade Agostinho Neto — UAN, abreviadamente designado por CEJES, para efeitos de homologação pelo Órgão de Tutela.

Deliberação n.º 4/14:

Aprova o Estatuto Orgânico do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas da Universidade Agostinho Neto — UAN, abreviadamente designado por CEDP, para efeitos de homologação pelo Órgão de Tutela.

Deliberação n.º 5/14:

Aprova a proposta de criação dos Cursos de Graduação que devem ser ministrados inicialmente no Instituto Superior Politécnico do Bengo, da Universidade Agostinho Neto e submete o respectivo processo de solicitação de criação dos referidos cursos ao Órgão de Tutela.

Deliberação n.º 6/14:

Aprova a proposta de criação dos Cursos de Graduação que devem ser ministrados inicialmente no Instituto Superior de Tecnologias da

Universidade Agostinho Neto (ISTUAN) e submete o respectivo processo de solicitação de criação dos referidos cursos ao Órgão de Tutela.

Deliberação n.º 7/14:

Aprova o Plano Previsional de Formação Pós-Graduada da Universidade Agostinho Neto, para o ano de 2014, em função das propostas das respectivas unidades orgânicas.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 2/14
de 10 de Fevereiro

Considerando que, a sociedade «DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada», pessoa colectiva de direito privado Português, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com sede social na Rua Manuel Vieira da Rosa, n.º 288, Tires, Cascais-Portugal, neste acto representado por Artur José Tavares Lopes Roldão e João Manuel Ferreira Rodrigues, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de investimento externo denominada «SOMETIM — Engenharia e Serviços, S. A.» a realizar na República de Angola, enquadrada no sector de prestação de serviços de engenharia e projecto;

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se efectuar a aquisição de totalidade das acções, equivalentes a 100% do capital social a favor da sociedade, «DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada»;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover estudos e projectos de investimento, fusões e aquisições e parcerias (IPs),

soria na estruturação desenvolvimento de parcerias público-privadas, consultoria de engenharia;

Nos termos do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado «DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos EUA), no Regime Contratual, cuja actividade principal é a prestação de serviços de engenharia e projecto, designadamente o desenvolvimento, execução, montagem, manutenção e instalação de estruturas, metalomecânicas e electrotécnicas, de redes de electricidade.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Visto e aprovado pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 13 de Maio de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO ENTRE O ESTADO ANGOLANO

E DIRETRIZ — ENGENHARIA E SERVIÇOS, LIMITADA

Entre:

República de Angola, através da Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Geologia, Minas e Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante designados, respectivamente, por “Estado” e “ANIP”);

e

DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada, sociedade por quotas constituída e existente ao abrigo das leis de Portugal, entidade não residente cambial e Investidor Externo, com sede na Rua Manuel Vieira da Rosa, n.º 288, Tires, Cascais, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 510103383, com o capital social integralmente subscrito e realizado no montante de €: 5.000,00 (cinco mil euros), neste acto representada por Idalett Sousa, advogada, na qualidade de Procuradora, com poderes para o acto (doravante designada por “Diretriz”);

Considerando que:

a) A Diretriz é uma sociedade comercial constituída e existente de acordo com as leis de Portugal e cuja actividade principal compreende a execução de obras e realização de projectos no sector das engenharias civil, hidráulica, da energia e

ambiente, mecânica, metalúrgica e de materiais e electrotécnica;

b) A Diretriz, através do *know-how* acumulado ao longo de várias décadas pelos seus sócios, conta com uma larga experiência no seu sector de actividade, seja em Portugal como no estrangeiro;

c) A SOMETIM — Engenharia e Serviços, S. A (doravante “Sociedade”), é uma sociedade anónima constituída e existente ao abrigo das leis da República de Angola, com sede em Luanda na Rua Major Kanhangulo, n.º 290, 1.º direito Contribuinte Fiscal n.º 5417199303, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 3522, com o capital social integralmente subscrito e realizado no montante em kwanzas equivalente a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América);

d) A actividade principal da Sociedade é congénere à da Diretriz;

e) O capital social da Sociedade encontra-se actualmente dividido e representado por 100 (cem) acções, cada uma com o valor nominal em Kwanzas equivalente a USD 200,00 (duzentos dólares dos Estados Unidos da América);

f) Maria Fátima Paulo Freitas, maior, solteira, natural de Angola, portadora do Bilhete de Identidade n.º 413580BE032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 10 de Outubro de 2011, detém 96 (noventa e seis) acções na Sociedade, as quais representam 96% (noventa e seis por cento) do respectivo capital social;

g) Diretriz iniciou recentemente negociações com Maria Fátima Paulo Freitas, com vista à aquisição da totalidade das acções que esta detém na Sociedade;

h) Maria Fátima Paulo Freitas pretende transmitir a totalidade das acções que detém na Sociedade à Diretriz;

i) Com vista a regular as vontades manifestadas nos considerandos g) e h), a Diretriz e Maria Fátima Paulo Freitas, celebraram um Contrato Promessa de Transmissão de Acções;

j) Ao adquirir uma posição maioritária no capital da Sociedade, a Diretriz propõe-se contribuir para o desenvolvimento económico da República de Angola, seja directamente, através Sociedade, seja indirectamente pela celebração com esta de contratos de assistência técnica ou de gestão (tal como definidos no Decreto-Lei n.º 273/11, de 27 de Outubro); e

k) Para os fins indicados nos considerandos anteriores, designadamente no considerando g), e atendendo ao montante que se propõe investir para tal (USD 1.000.000,00), a Diretriz propõe-se celebrar com o Estado o presente Contrato;

É, nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, de acordo com o disposto nos anteriores considerandos e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª
(Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato, salvo se sentido contrário resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas terão o significado que a seguir lhes é atribuído, quando iniciadas por maiúsculas:

Anexos: — significa os documentos identificados no n.º 6 da cláusula n.º 25.ª do presente Contrato, que dele fazem parte integrante;

ANIP: — significa a Agência Nacional para o Investimento Privado;

BNA: — significa o Banco Nacional de Angola;

Cedente: — significa Maria Fátima Paulo Freitas, tal como melhor identificada no considerando f) do presente Contrato;

Contrato: — significa o presente Contrato de Investimento Privado e todos os Anexos que o compõem;

CRIP: — significa o Certificado de Registo de Investimento Privado;

Diretriz: — significa a DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada, tal como melhor identificada no preâmbulo do presente Contrato;

Investidor Privado: — significa, para efeitos do disposto nas alíneas a) e c) do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, o Investidor, independentemente da sua nacionalidade e do facto de ser ou não residente cambial, o qual fica obrigado a realizar o Investimento necessário (i) à aquisição à Cedente de uma participação social (acções) representativa de 96% (noventa e seis por cento) do capital social da Sociedade, e (ii) à capitalização e reforço dos capitais próprios da Sociedade em dinheiro e activos fixos corpóreos;

Investidor: — significa a Diretriz;

Investimento: — significa o montante de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), que o Investidor se propõe realizar nos termos das cláusulas 7.ª e 8.ª do Contrato, o qual qualifica como “investimento privado qualificado” para efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei do Investimento Privado;

Lei das Sociedades Comerciais: — significa a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro;

Lei do Investimento Privado: — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

LIC: — significa a Licença de Importação de Capitais;

Partes: — significa o Estado e o Investidor, quando referidos conjuntamente;

Projecto de Investimento: — significa a realização de todos os investimentos necessários pelo Investidor ao abrigo do Contrato com vista à (i) aquisição da totalidade das acções que o Cedente detém na Sociedade, e à (ii) capitalização e reforço dos capitais próprios da Sociedade em dinheiro e meios fixos corpóreos;

Sociedade: — significa a Sometim, tal como melhor identificada nos considerandos do presente Contrato, cuja actividade compreende a execução e realização de projectos de engenharia no sector das infra-estruturas e energia;

Território: — significa todo o território da República de Angola.

2. O significado das definições previstas na cláusula 1.ª, n.º 1, do presente Contrato será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, ou no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª
(Natureza administrativa e objecto do Contrato)

1. O Contrato tem natureza administrativa.

2. O Projecto de Investimento tem como objecto a (i) aquisição, pelo respectivo valor nominal, da totalidade das acções que a Cedente detém na Sociedade, a (ii) capitalização da Sociedade em dinheiro e meios fixos corpóreos e (iii) a prestação pela Sociedade de serviços de engenharia e projecto, montagem e manutenção de instalações eléctricas, hidráulicas, mecânicas, estruturas metálicas e electrificação de quadros eléctricos.

CLÁUSULA 3.ª
(Localização do Investimento e Regime Jurídico dos Bens do Investidor)

1. O Projecto de Investimento será desenvolvido e implementado na Zona A de Desenvolvimento, previsto no artigo 35.º da Lei do Investimento Privado, mais especificadamente em Luanda, na Rua Major Kanhangulo, n.º 290, onde a Sociedade tem a sua sede social.

2. Os bens/activos e introduzidos no Território pelo Investidor para realização do objecto do presente Contrato, estão sob o regime da propriedade privada e poderão ser livremente onerados de acordo com os termos deste Contrato e da Lei do Investimento Privado, desde que tal oneração não implique a sua transmissão voluntária a terceiros.

CLÁUSULA 4.ª
(Prazo de Vigência do Contrato)

O Contrato vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Definição e Quantificação dos Objectivos do Projecto de Investimento)

Com a implementação do presente Projecto de Investimento, o Investidor propõe-se contribuir para atingir os objectivos económicos e sociais a que se refere o artigo 27.º da Lei do Investimento Privado, designadamente:

- a) Incentivar o crescimento da economia nacional;
- b) Potenciar parcerias entre a Sociedade e outras entidades nacionais e estrangeiras;
- c) Promover a valorização dos recursos humanos angolanos, designadamente através da criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a respectiva qualificação;
- d) Obter a transferência de *know-how* e aumentar a eficiência produtiva da Sociedade; e
- e) Promover o desenvolvimento tecnológico da Sociedade e a sua eficiência empresarial.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante do Projecto de Investimento)

1. Para prossecução do objecto do presente Contrato, o Investidor propõe-se realizar um Investimento no montante global de USD 1.000.000,00 (um milhão de um dólares dos Estados Unidos da América).

2. O montante do Investimento a realizar pela Diretriz destina-se a custear as despesas inerentes à implementação do Projecto de Investimento e a capitalizar e reforçar os capitais próprios da Sociedade, não podendo ser aplicado de forma ou para finalidades diversas das previstas no presente Contrato.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento Privado)

A Diretriz executará, sem recurso às reservas cambiais do Território, as operações de investimento externo previstas nas alíneas a), c) e g), do n.º 1, do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado, sem prejuízo da realização de outros actos ou contratos que, atento o objecto do presente Contrato e nos termos da referida lei, constituam operações de investimento externo.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização e financiamento do Investimento Privado)

O investimento externo da Diretriz, no montante de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), será realizado e financiado exclusivamente pelas formas previstas nas alíneas a) e d) do artigo 13.º da Lei do Investimento Privado, da forma que a seguir se discrimina:

- a) USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), serão integralmente realizados pelo Investidor através da transferência de fundos próprios do exterior devidos como contrapartida pela aquisição da totalidade das acções da Cedente na Sociedade e para reforço dos capitais próprios desta pelas formas admitidas na Lei do Investimento Privado; e

- b) USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) serão realizados pelo Investidor através da importação das máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos descritos na documentação que acompanha o Projecto de Investimento junto da ANIP.

CLÁUSULA 9.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

Conforme melhor detalhado no Anexo 1 a este Contrato, o Investidor prevê que a implementação e desenvolvimento do objecto do presente Projecto de Investimento decorram nos seguintes termos:

- a) Aprovação do Projecto de Investimento pela ANIP e emissão da correspondente LIC pelo BN no prazo de 1 (um) mês após a recepção do expediente pelo Conselho de Administração da ANIP;
- b) Importação de Fundos, a ocorrer durante o período de validade da LIC;
- c) Formalização da transmissão das participações sociais que a Cedente detém na Sociedade para favor da DIRETRIZ, no prazo de 2 (dois) meses após a data da emissão da LIC;
- d) Execução e celebração de actos e contratos destinados a reforçar os capitais próprios da Sociedade, no prazo de 3 (três) meses após a data da emissão da LIC;
- e) Início de Implementação do Plano de Formação Profissional, no prazo de 8 (oito) meses após a data da emissão da LIC;
- f) Início de Implementação do Plano de Angolanização, no prazo de 12 (doze) meses após a data da emissão da LIC; e
- g) Início da importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos a aplicar ao Projecto de Investimento pelo Investidor, nos termos do Contrato, no prazo de 12 (doze) meses após a data da emissão da LIC.

2. A calendarização do Projecto de Investimento constante do Anexo 1 é meramente indicativa, ficando desde logo expressamente acordado entre as Partes que os prazos estabelecidos no número anterior podem ser alargados bastando para o efeito, que o Investidor notifique por escrito a ANIP de tal facto, justificando as razões subjacentes a tal alteração.

CLÁUSULA 10.ª

(Termos de Proporção e Graduação Percentual do Repatriamento de Lucros e Dividendos)

1. Com a implementação do Projecto de Investimento e de acordo com as regras definidas na Lei do Investimento Privado, nomeadamente nos artigos 18.º, n.º 1, 19.º e 20.º, n.º 1, é garantido ao Investidor o direito de transferir para o exterior os dividendos ou os lucros distribuídos pela Sociedade depois de pagos os impostos devidos e uma vez transcorridos 3 (três) anos após a implementação efectiva do Projecto de Investimento.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, será considerada como data da implementação efectiva do Projecto de Investimento aquela em que a Diretriz comunicou à ANIP, através da junção de documentos idóneos para o efeito, a realização plena das acções descritas no Anexo 1 ao Contrato.

CLÁUSULA 11.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os órgãos do Executivo procederão, nos termos e forma legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente e ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto de Investimento.

2. O Investidor deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir de natureza técnica, económica, financeira ou outra, relacionados com o Projecto de Investimento. Para esse efeito, técnicos da ANIP devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações adstritos ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento, o alargamento do objecto social, aumentos de capital social com recurso ao crédito externo, cessões de participações sociais no capital social da Sociedade, e demais alterações das condições constantes do Projecto de Investimento, devem ser previamente autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Execução que constitui o Anexo 1 ao presente Contrato, o Investidor obriga-se a fornecer anualmente à ANIP informações sobre a implementação e desenvolvimento do Investimento, os lucros e dividendos dos empreendimentos, preenchendo, para o efeito, e tal como decorre do n.º 1, do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, o formulário que lhe será enviado pela ANIP. Durante o período de implementação do Projecto de Investimento, o Investidor deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios com a informação atrás referida com uma periodicidade trimestral, mediante o preenchimento dos formulários que previamente lhe serão enviados para o efeito pela ANIP.

5. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

CLÁUSULA 12.ª

(Impacto económico do Projecto de Investimento)

1. O Investidor prevê que a implementação do Projecto de Investimento contribua para o alcance dos objectivos económicos e sociais previstos na cláusula 5.ª

2. A implementação do Projecto de Investimento contribuirá para o desenvolvimento estratégico da economia

nacional no sector da engenharia e serviços, assim como potenciará a transferência de tecnologia e *know-how*, fomentando, desta forma, a eficiência e capacidade produtiva Angolana.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto social do Projecto de Investimento)

Através do Projecto de Investimento, e conforme melhor detalhado no Plano de Angolanização que constitui o Anexo 2 ao Contrato, o Investidor, através da Sociedade, irá promover, de forma faseada no tempo e nos 12 (doze) meses após a emissão do respectivo CRIP, a criação de 28 (vinte e oito) postos de trabalho para cidadãos angolanos.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacte Ambiental do Projecto de Investimento)

A Sociedade obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria ambiental, designadamente o disposto nos seguintes Diplomas, na medida em que os mesmos lhes sejam aplicáveis:

- a) Lei n.º 5/98, de 19 de Junho de 1998 (Lei de Bases do Ambiente);
- b) Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho de 2004 (Normas e Procedimentos relativos à Avaliação de Impacte Ambiental);
- c) Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho de 2007 (Requisitos, Critérios e Procedimentos Administrativos relativos ao Licenciamento Ambiental); e
- d) Decreto Presidencial n.º 194/11, de 7 de Julho de 2011 (Regulamento sobre a Responsabilidade por Danos Ambientais).

CLÁUSULA 15.ª

(Força de trabalho e plano de formação profissional)

1. O Investidor, através da Sociedade, propõe-se criar 36 (trinta e seis) postos de trabalho, dos quais 20 (vinte e oito) serão para trabalhadores nacionais e 8 (oito) para trabalhadores estrangeiros.

2. A execução do Plano de Formação, que constitui o Anexo 3 ao presente Contrato, visa promover a qualificação de mão-de-obra nacional, de forma a possibilitar a Angolanização dos postos de trabalho na Sociedade de acordo com o Plano de Angolanização, sendo desejo da Sociedade integrar, de forma faseada e caso estejam reunidas as condições necessárias para o efeito, pessoal angolano nos cargos de direcção e de concepção/condução de projectos.

3. O Investidor assegura que a Sociedade cumprirá a legislação em vigor em matéria laboral, designadamente o disposto nos seguintes diplomas, na medida em que lhes sejam aplicáveis:

- a) Decreto n.º 31/94, de 5 de Agosto de 1994 (princípios que visam a promoção da saúde, segurança e higiene);
- b) Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril de 1995 (contratação de trabalhadores estrangeiros não-residentes e de trabalhadores angolanos qualificados por

- empresas estrangeiras e de outros trabalhadores estrangeiros);
- c) Decreto-Executivo n.º 8/96, de 9 de Fevereiro de 1996 (procedimentos para obtenção de vistos de trabalho);
- d) Decreto-Executivo n.º 21/98, de 30 de Abril de 1998 (regulamento geral das Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho);
- e) Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro de 2000, rectificada em 24 de Maio de 2001 e em 14 de Setembro de 2001 (Lei Geral do Trabalho);
- f) Decreto n.º 6/01, de 19 de Janeiro de 2001 (exercício de actividade profissional dos trabalhadores estrangeiros não-residentes);
- g) Decreto n.º 70/01, de 5 de Outubro de 2001 (qualificadores ocupacionais);
- h) Decreto-Executivo n.º 80/01, de 28 de Dezembro de 2001 (modelos de contrato de trabalho com termo e sem termo);
- i) Decreto n.º 53/05, de 15 de Agosto de 2005 (regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais);
- j) Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto de 2007 (regime jurídico dos estrangeiros na República de Angola);
- k) Decreto Presidencial n.º 108/11, de 25 de Maio de 2011 (regulamento sobre o regime jurídico dos estrangeiros).

CLÁUSULA 16.ª
(Direitos do Investidor)

1. É constitucionalmente garantido à Diretriz, pelos princípios que enformam a ordem jurídica, política e económica Angolana, e independentemente da origem do capital a alocar ao Projecto de Investimento, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo.

2. Nos termos da Lei do Investimento Privado, é igualmente garantido ao Investidor:

- a) O acesso aos tribunais para a defesa e protecção dos seus direitos, sendo-lhe garantido o devido processo legal;
- b) O direito de denúncia junto do Ministério Público de quaisquer irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade em geral, que atentem, directa ou indirectamente, contra os seus interesses económicos;
- c) O pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, caso os bens objecto do Projecto de Investimento sejam expropriados;
- d) Não interferência pública na gestão da Sociedade, excepto nos casos expressamente previstos na lei;
- e) Não cancelamento de licenças sem o respectivo processo judicial ou administrativo;

- f) O direito de importação directa de bens do exterior e a exportação autónoma de produtos e serviços produzidos pela Sociedade, sem prejuízo das regras de protecção do mercado interno aplicáveis; e
- g) O direito de transferir para o exterior os lucros e dividendos distribuídos pela Sociedade, o produto da liquidação do seu Investimento, quaisquer importâncias que lhe sejam devidas que estejam previstas em actos ou contratos, nos termos da Lei do Investimento Privado, e que sejam qualificadas como operação de investimento exterior, o produto de indemnizações a que tenha direito nos termos da lei ou que decorram de actos ou contratos, e quaisquer indemnizações que sejam devidas, tal como fixado nos artigos 19.º e 20.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 17.ª
(Apoio Institucional do Estado)

O Estado, devidamente representado pelas suas instituições públicas, de acordo com as respectivas competências e no alcance do interesse socioeconómico do Projecto de Investimento, compromete-se institucionalmente a:

- a) Através dos Ministérios competentes e do Governo Provincial de Luanda, a conceder ao Investidor à Sociedade todo o apoio institucional necessário à implementação do Projecto de Investimento e à prossecução da actividade da Sociedade, e em conformidade com as normas legais estabelecidas;
- b) Através do Ministério do Comércio, a garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação do Projecto de Investimento e à actividade da Sociedade;
- c) Através do BNA, designadamente do Departamento de Controlo Cambial, a emitir as respectivas licenças de importação de capitais autorizadas, bem como as licenças de exportação de capitais que se venham a demonstrar necessárias, autorizando, para o efeito, mas sem limitar, as transferências dos montantes devidos no âmbito da cláusula 10.ª do presente Contrato e do artigo 18.º da Lei do Investimento Privado; e
- d) Através do Ministério da Construção e Urbanismo, garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação do Projecto de Investimento e à actividade da Sociedade.

CLÁUSULA 18.ª
(Estabilidade Contratual)

1. Se, após a data de assinatura do presente Contrato, for alterada qualquer norma jurídica em vigor, aprovada nova legislação ou adoptada qualquer medida administrativa que

de modo desfavorável, afecte as condições com base nas quais o Investidor tomou a decisão de celebrar o Contrato, as Partes acordam, desde já, em negociar alterações aos seus termos que permitam restabelecer a situação existente, podendo, em alternativa, o Investidor optar pela sua resolução. A renegociação do Contrato deverá ser concluída no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que o Investidor requerer tal renegociação.

2. As Partes acordam que o impacto do Projecto de Investimento previsto na cláusula 5.ª tem por base a realidade social e económica, nacional e internacional existente na data de assinatura do presente Contrato, tendo uma natureza meramente previsional. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

CLÁUSULA 19.ª
(Lei aplicável)

O presente Contrato rege-se pela Lei Angolana.

CLÁUSULA 20.ª
(Infracções e penalizações)

1. No âmbito do presente Contrato, constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor está sujeito, designadamente a verificação do disposto nos artigos 84.º e 85.º da Lei do Investimento Privado, sem prejuízo do disposto na legislação complementar.

2. Sem prejuízo de outras penalidades especialmente previstas por lei, às condutas praticadas pelo Investidor que constituam uma transgressão para efeitos do disposto nos artigos 84.º e 85.º da Lei do Investimento Privado, serão exclusivamente aplicáveis as penalizações previstas no artigo 86.º da Lei do Investimento Privado.

3. Antes da aplicação de qualquer medida sancionatória, o Investidor será ouvido, tendo o direito de se fazer acompanhar, na respectiva audiência junto da ANIP, por um advogado e de juntar ao processo os meios de prova de que dispuserem. A convocatória para a audiência deve conter todos os factos e elementos acusatórios e ser entregue com uma antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

4. Na determinação da sanção a aplicar ao Investidor nos termos da lei, devem ser tomadas em consideração todas as circunstâncias que rodearam a prática da infracção, o grau de culpabilidade, os benefícios pretendidos e obtidos com a prática da infracção e os prejuízos resultantes de tal infracção, assistindo sempre ao Investidor o direito de poderem reclamar ou recorrer da decisão sancionatória nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 21.ª
(Obrigações do Investidor Privado)

1. O Investidor está obrigado a respeitar o disposto na Lei do Investimento Privado e demais legislação aplicável

e regulamentos em vigor em Angola, bem como os compromissos contratuais, sujeitando-se às penalidades neles definidas.

2. O Investidor está, em especial, obrigado a observar o disposto no Artigo 24.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 22.ª
(Cessão da posição contratual)

1. A posição do Estado no Contrato de Investimento é intransmissível.

2. O Estado, através da ANIP, deve autorizar, de acordo com o disposto nos artigos 80.º e 32.º da Lei do Investimento Privado, a cessão, total ou parcial, da posição contratual ou social do Investidor no Contrato.

CLÁUSULA 23.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à celebração, validade, interpretação, cumprimento, alteração, vigência ou cessação de efeitos do Contrato, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, serão submetidos à arbitragem, de acordo com a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho (Lei Sobre a Arbitragem Voluntária).

2. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro será designado nos termos da Lei Sobre a Arbitragem Voluntária.

3. O tribunal arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 24.ª
(Exemplares)

Serão assinados três exemplares do presente Contrato, todos com o valor de original.

CLÁUSULA 25.ª
(Documentos Contratuais e Anexos ao Contrato)

1. O Contrato de Investimento, com os seus Anexos e o CRIP a emitir pela ANIP, contém todos os direitos e obrigações assumidos pelas Partes, no que diz respeito à definição e disciplina das relações entre si no âmbito do Contrato, e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentido diverso.

2. Qualquer alteração ao Contrato de Investimento, aos seus Anexos e/ou ao CRIP, para ser válida, terá que constar de documento escrito assinado por todas as Partes.

3. Em caso de litígio e/ou divergência de interpretação, o Contrato e o CRIP não podem ser autonomamente interpretados e/ou invocados entre as Partes e/ou perante terceiros.

4. Havendo contradições entre o conteúdo do Contrato e o CRIP, prevalecem as Cláusulas do Contrato de Investimento.

5. Em caso de incorrecção do CRIP, a ANIP obriga-se a proceder à sua alteração ou, em alternativa, à emissão de um novo, com a maior celeridade possível.

6. São partes integrantes do Contrato de Investimento os documentos descritos no seguinte quadro:

ANEXOS

Descrição	Documentos	Anexo
Cronograma de Implementação e Execução do Projecto	Cronograma de Execução	1
Plano de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada por Trabalhadores Nacionais	Plano de Angolanização	2
Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional	Plano de Formação Profissional	3

7. Salvo o expressamente disposto em contrário neste Contrato, em caso de discrepância entre o conteúdo do Contrato e dos seus Anexos, prevalecerá o primeiro.

CLÁUSULA 26.^a (Comunicações)

1. Quaisquer comunicações a efectuar ao abrigo do Contrato, só serão válidas se efectuadas por escrito e para as seguintes moradas:

a) Estado, representado pela ANIP:

Morada: Edifício do Ministério da Geologia, Minas e Indústria.

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25-9.º Luanda, Angola.

Telefone: +244 391 434 / 331 252.

Fax: +244 393 381.

Correio electrónico: geral@anip.ao

b) DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada.

Att.: Sr. Artur Roldão

Morada: Rua Manuel Vieira da Rosa, n.º 288,

Tires 2785-629 Cascais, Portugal.

Telefone: +351 939 310 022.

Correio electrónico: artur.roldao@eaenergia.com

Representante em Angola: Fátima Freitas Advogados

Att: Dra. Idalett Sousa

Morada: Edifício Monumental

Rua Major Kanhangulo, 290-1-D, Luanda, Angola.

Telefone: +244 222 372 030/057//092

Fax: +244 222 372 017

Correio electrónico: idalett.sousa@fatimafreitas.com

2. Quaisquer alterações às moradas acima referidas deverão ser comunicadas, por escrito, às restantes Partes, no presente Contrato, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias sobre a data em que tal alteração ocorra.

3. As comunicações ao abrigo do presente Contrato serão efectuadas por carta ou fax e ter-se-ão por realizadas no dia da sua entrega, ou no dia útil seguinte, caso o dia da entrega não seja dia útil.

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato, os seus representantes autorizados rubricaram e assinaram o mesmo, em três originais, escritos em língua portuguesa, em Luanda, aos 13 de Maio de 2013.

Pela República de Angola, A Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, Presidente do Conselho de Administração.

Pela DIRETRIZ — Engenharia e Serviços, Limitada, *Idalett Sousa*. — Procuradora.

ANEXO 1 — Cronograma de Execução

1. Introdução

O presente anexo visa fixar a calendarização do Projecto de Investimento, a qual é meramente indicativa, podendo ser alterada, por iniciativa do Investidor e/ou da Sociedade, devido à ocorrência de qualquer facto estranho à sua vontade que impeça a execução do Projecto de Investimento nos prazos estabelecidos.

2. Cronograma Geral

Ano	Fase	Ações a Executar	Dias/Mês
2013	Instalação e Operação	Aprovação do Projecto de Investimento pela ANIP e Emissão da Correspondente LIC pelo BNA	1 Mês após Receção do Expediente pelo Conselho de Administração da ANIP
		Importação de Fundos	Durante o Período de Validade da LIC
		Formalização da Transmissão das Ações que o Cedente detém na Sociedade a favor da DIRETRIZ	2 Meses após a data de Emissão da LIC
		Execução e Celebração de Actos e Contratos Destinados a Reforçar os Capitais Próprios da Sociedade	3 Meses após a data de Emissão da LIC
		Início de Implementação do Plano de Formação Profissional	8 Meses após a data de Emissão do CRIP
		Início da Implementação do Plano de Angolanização	12 Meses após a data de Emissão do CRIP
		Início da Importação de Máquinas, Equipamentos, Accionários e outros Meios Fixos Contratos a Alocar ao Projecto de Investimento pelo Investidor nos Termos do Contrato	12 Meses após a data de Emissão do CRIP
2014	Exploração	Início do Período de Exploração	13 Meses após a data de Emissão do CRIP

ANEXO 2 — Plano de Angolanização

1. Introdução

Com a execução e implementação do presente Projecto de Investimento, o Investidor definiu uma estratégia de gestão de recursos humanos sustentável que visa promover a

capacitação dos colaboradores angolanos da Sociedade, com o objectivo de assegurar que estes possam constituir-se como suporte fundamental da actividade daquela.

Com a aprovação do Projecto de Investimento, a Investidora pretende inicialmente, e ainda que de forma transitória, apoiar a actividade da Sociedade na presença de um reduzido número de colaboradores estrangeiros (mais precisamente, três) com comprovada experiência profissional e conhecimento técnico. O objectivo da presença destes profissionais estrangeiros é a transmissão da experiência, know-how e conhecimentos a colaboradores angolanos, para que estes possam, progressivamente, assegurar a execução, em sua substituição daqueles, de funções cada vez mais complexas na sociedade.

Para assegurar esse objectivo, o presente Plano de Angolanização foi elaborado especificamente para o sector

de actividade da Sociedade, garantindo assim que os seus efeitos se produzirão transversalmente em todos os domínios da sua organização e não apenas em funções específicas.

2. Resultados estimados

O Investidor projectou para a Sociedade um plano de substituição gradual da mão-de-obra estrangeira por nacional capaz, não só, de responder às solicitações que se esperam da respectiva clientela como, também, de capacitar os recursos locais para que os mesmos, no âmbito das respectivas capacidades, possam assumir no curto prazo posições de topo dentro da estrutura criada. O Investidor estima, assim, que a afectação mão-de-obra à Sociedade evolua durante os primeiros 6 anos (2013-2018) de vigência do Contrato da forma caracterizada nos seguintes quadros:

QUADRO 1 — Postos de Trabalho a Criar pelo Projecto

	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V		Ano VI	
	Nac.*	Exp.**	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Empregos Temporários	2											
Empregos Permanentes	6	3	6	1	5	2	4	1	4	1	3	-
Total Anual Global	8	3	12	4	17	6	21	7	25	8	28	8
*Nac. — Nacionais / **Exp. — Expatriados												

QUADRO 2 — Postos de Trabalho por Categoria Profissional (a Contratar Anualmente)

Categoria Profissional	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V		Ano VI	
	Nac.*	Exp.**	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Direcção	-	1	-		-		-		-		1	
Técnicos Superiores	-	1	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-
Técnicos Médios	2	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-
Administrativos	2	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Operários Especializados	1	-	3	-	2	1	3	-	2	-	-	-
Operários não Especializados	3	-	2	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Total	8	3	6	1	5	2	4	1	4	1	2	-
*Nac. — Nacionais / *Exp. — Expatriados												

ANEXO 3 — Plano de Formação

1. Introdução

O presente Plano de Formação Profissional procura descrever a estratégia formativa que o Investidor, através da Sociedade, se propõe promover de modo a habilitar e preparar os colaboradores nacionais da Sociedade para o domínio das funções que lhes serão propostas.

2. Estratégia Formativa

O presente Plano de Formação Profissional foi estruturado em função do objecto social e sector de actividade da Sociedade.

O objectivo fundamental é a capacitação dos colaboradores angolanos, dotando-os dos conhecimentos e competências necessários para o exercício de funções com níveis técnicos adequados e potenciando a sua autonomia, eficiência e produtividade.

Devido ao tipo de actividade da Sociedade, parte da formação é assegurada internamente, em contexto de obra, através de chefias e especialistas devidamente qualificados e credenciados, que asseguram a transmissão de conhecimentos, métodos e práticas que não estão disponíveis fora da organização.

Durante os primeiros seis anos de vigência do Contrato de Investimento, a Investidora, através da Sociedade, propõe-se a criar 30 (trinta e oito) postos de trabalho directos, dos quais mais de 79% (setenta e nove) serão ocupados por trabalhadores nacionais.

O projecto formativo do Investidor assentará, tendencialmente, em duas fases: (1) na criação e consolidação dos conhecimentos técnicos práticos de todos os funcionários, nomeadamente, na aposta em cursos técnico-práticos virados para a área do investimento gerado; (2) na formação dos

funcionários que se destacarem nas diversas áreas abrangidas pela fase (1), através da moldagem das capacidades técnicas, administrativas e humanas vocacionadas para cargos correspondentes às chefias directas e indirectas.

3. Programa

Atento o exposto, as tabelas abaixo destinam-se a descrever os programas de formação contínua e correspondente carga horária que a Sociedade irá ministrar ao seu universo de trabalhadores durante os primeiros seis anos de vigência do Contrato de, acreditando-se que os mesmos permitirão a Angolanização dos postos de trabalho na Sociedade.

Ano — I

Designação /Conteúdo Formativo	Horas	Destinatários
Gestão Estratégica e Criação de Valor nos Recursos Humanos	21	Recursos Humanos
Mecânica de Manutenção Industrial	40	
Soldagem por Electrodo Revestido	40	Técnicos de Manutenção
Ajustagem Mecânica	40	Técnico Mecânico
Comandos Eléctricos		Técnico de Electricidade

Ano — II

Designação/Conteúdo Formativo	Horas	Destinatários
Gestão da Formação Profissional	60	Recursos Humanos
Auditoria e Controle Interno	60	Direcção Financeira
Hidráulica Grau I	40	Técnico de Hidráulica
Electro Hidráulica I	40	Técnico de Electricidade
Manutenção de Equipamentos	40	Técnicos

Ano — III

Designação/Conteúdo Formativo	Horas	Destinatários
Técnicas de Medição	25	Técnicos
Electricidade Básica Grau II	25	Técnico de Electricidade
Manutenção de Geradores	25	Técnicos de Manutenção
Instalação Baixa Tensão	25	Técnico de Electricidade
Higiene e Segurança no Trabalho	20	Técnicos

Ano — IV

Designação/Conteúdo Formativo	Horas	Destinatários
Motivação e Liderança	25	Todos os Responsáveis
Elementos de Máquinas II	20	Técnicos
Elaboração de Relatórios	30	Técnicos
Electricidade Básica Grau III	15	Técnico de Electricidade
Instalação Alta Tensão	25	Técnico de Electricidade

Ano — V

Designação/Conteúdo Formativo	Horas	Destinatários
Hidráulica Grau II	20	Técnico Hidráulica
Electro Hidráulica II	20	Técnico de Electricidade
Serralheiro Mecânico	45	Técnico Mecânica
Segurança na Operação Pontes Rolantes	35	Técnico de Electricidade Técnico Mecânica
Soldadura I	60	Técnico Mecânica

Ano — VI

Designação/Conteúdo Formativo	Horas	Destinatários
Instrumentação	25	Técnicos
Soldadura II	50	Técnicos
Técnico de Maquinação e Programação I	125	Técnicos
Técnico de Maquinação e Programação II	50	Técnicos
Gestão da Formação Profissional II	15	Recursos Humanos

É importante salientar que todos os programas de formação aqui referidos são cíclicos, isto é, repetem-se sempre que houver necessidade. Refere-se ainda que este programa formativo proposto pelo Investidor para a Sociedade terá a substituição sustentada e gradual da mão-de-obra expatriada inicial por mão-de-obra nacional devidamente qualificada, a qual possuirá no final do processo formação ampla de conhecimentos técnicos de todas as áreas da produção como de todas as componentes administrativas para desempenhar qualquer cargo na Sociedade.

Visto e aprovado pelo Conselho de Administração ANIP, em Luanda, aos 13 de Maio de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Pereira Abrantes*.

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

Deliberação n.º 1/14 de 10 de Fevereiro

Convindo estimular a actividade científica e incentivar a publicação das respectivas obras por parte dos docentes e investigadores da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Nos termos das alíneas o) e t) do artigo 25.º do Estatuto Orgânico da UAN, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, conjugadas com o n.º 2 da Deliberação n.º 47/12, da Comissão Permanente do Senado Universitário para os Assuntos Científicos, publicada no *Diário da República*, II Série, n.º 123, de 31 de Dezembro de 2012, o Senado Universitário, na sua reunião realizada aos 31 de Maio de 2013, no Campus Universitário da UAN em Camama, na Província de Luanda, delibera o seguinte:

1.º — É ratificada a Deliberação n.º 47/12, da Comissão Permanente do Senado Universitário para os Assuntos Científicos, publicada no *Diário da República*, II Série, n.º 123, de 31 de Dezembro de 2012, que aprova o Regulamento do Prémio UAN de Investigação Científica, anexa à presente deliberação e que dela é parte integrante.

2.º — A presente deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Universitário, em Luanda, aos 29 de Julho de 2013. — O Presidente, *Orlando Manuel José Fernandes da Mota*.

CAPÍTULO I Do Prémio

ARTIGO 1.º (Objecto e âmbito)

1. O Prémio “UAN de Investigação Científica” tem por finalidade premiar obras (livro, artigo, patente e outras da mesma natureza) publicadas ou registadas por docentes e investigadores das instituições da Universidade Agostinho Neto e apresentadas a concurso nos termos do presente Regulamento.

2. As obras a concurso devem ser da autoria de docentes e investigadores das instituições da Universidade Agostinho Neto ou de co-autoria destes com especialistas de outras instituições.

3. As obras podem ter um ou mais autores, devendo o primeiro autor ser obrigatoriamente docente ou investigador de uma instituição da Universidade Agostinho Neto, não podendo ser mais do que cinco o número de autores.

ARTIGO 2.º (Valor do prémio)

1. O valor pecuniário global do prémio é de montante equivalente a US\$ 75 000,00 (setenta e cinco mil dólares dos EUA), sendo repartido em três categorias iguais: Humanidades, Ciências Exactas e Engenharias e Ciências da Saúde.

2. O valor pecuniário do prémio para cada uma das categorias é de montante equivalente a USD 25.000,00 (vinte cinco mil dólares dos EUA).

3. No caso de a obra premiada ser de mais de 1 (um) autor, o prémio será dividido entre os autores.

4. Por deliberação do Senado Universitário da Universidade Agostinho Neto anterior à abertura do concurso, pode o valor do prémio ser de outro montante pecuniário.

5. O prémio pode ser patrocinado por entidade externa à Universidade Agostinho Neto, caso em que esta Universidade pode autorizar a inclusão, nesse ano, da denominação do patrocinador.

ARTIGO 3.º (Requisitos)

1. Para ser admitido, um trabalho deve satisfazer cumulativamente o requisito da alínea a) seguinte e pelo menos um dos demais requisitos das alíneas b) a d):

- a) Ter sido publicado pela primeira vez em revista nacional ou internacional, ou apresentado em exposição ou de outro modo, nos dois anos anteriores ao do ano civil a que respeita o prémio;
- b) Constituir uma contribuição relevante para a especialidade na respectiva área de conhecimento;
- c) Constituir uma contribuição relevante para o aprofundamento e/ou um melhor domínio de saberes, aptidões e habilidades requeridas para a

compreensão e explicação de realidades de facto na especialidade na respectiva área de conhecimento;

- d) Representar uma contribuição relevante para o aperfeiçoamento de instrumentos de acção eficazes para a solução de problemas na especialidade na respectiva área de conhecimento.

2. No caso de nenhum trabalho responder satisfatoriamente aos requisitos, o Júri poderá decidir não atribuir o prémio.

3. O Júri poderá decidir atribuir uma Menção Honrosa sob a forma de certificado em cada uma das três categorias.

CAPÍTULO II Das Candidaturas

ARTIGO 4.º (Prazo)

A candidatura ao concurso é obrigatoriamente submetida no ano civil anterior a que respeita o prémio, até às dez horas do dia 20 de Dezembro, no Gabinete do Vice-Reitor para a Investigação Científica e Pós-Graduação, sito na Cidade Universitária em Camama, Luanda.

ARTIGO 5.º (Documentos)

Sob pena de exclusão, a candidatura deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Carta de candidatura assinada por todos os autores, contendo a respectiva identificação (nome completo), local de trabalho, residência, contactos telefónicos e “e-mail” do primeiro autor;
- b) Declaração assinada por todos os autores aceitando os termos do concurso constantes do presente Regulamento;
- c) Fotocópias dos Bilhetes de Identidade dos autores;
- d) Curriculum vitae actualizados dos autores;
- e) Seis exemplares do trabalho a concurso, com a referência da revista em que foi publicado, da exposição ou do registo da patente.

CAPÍTULO III Do Júri

ARTIGO 6.º (Nomeação)

O Júri para cada categoria é nomeado pelo Reitor da Universidade Agostinho Neto e é constituído por cinco membros, sendo um Presidente e quatro Vogais, como a seguir se especifica:

- a) O Júri é presidido por uma personalidade de reconhecido mérito;
- b) O Primeiro Vogal é um dos membros da Comissão Permanente do Senado para os Assuntos

Científicos da Universidade Agostinho Neto, a designar por esta Comissão;

- c) O Segundo e o Terceiro Vogais são especialistas nas temáticas dos trabalhos a concurso, designados pelo(s) Conselho(s) Científico(s) da(s) Unidade(s) de Ensino e Investigação da UAN em cuja(s) área(s) de conhecimento as temáticas dos trabalhos a concurso se inserem, a pedido da Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos da Universidade Agostinho Neto;
- d) O Quarto Vogal é um especialista a indicar pela Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos da Universidade Agostinho Neto;
- e) No caso de o Segundo e o Terceiro Vogal a designar nos termos da alínea c) não o tiverem sido dentro do prazo estabelecido, eles serão designados pela Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos da Universidade Agostinho Neto.

ARTIGO 7.º (Conflito de interesses)

1. Os membros do Júri devem declarar por escrito a inexistência de qualquer conflito de interesse face à apreciação das obras a concurso, designadamente a existência de parentesco de 1.º ou 2.º grau ou tutela de qualquer dos autores.

2. Não é considerado como conflito de interesse o facto de o membro do Júri pertencer à mesma Unidade de Ensino e Investigação de qualquer dos autores candidatos ao concurso.

ARTIGO 8.º (Impedimentos e deliberações)

1. Os membros do Júri não podem candidatar-se aos Prémios.

2. O Júri delibera por maioria absoluta de votos, correspondendo um voto a cada membro e tendo o Presidente direito a voto de qualidade em caso de empate.

3. Das deliberações do Júri será lavrada acta pelo respectivo secretário, assinada por todos e enviada ao Presidente da Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos da Universidade Agostinho Neto até 5 dias após a realização da reunião do Júri, que comunicará aos concorrentes as referidas deliberações.

4. As decisões do Júri serão definitivas e inalteráveis.

CAPÍTULO IV Da Avaliação dos Trabalhos e Atribuição dos Prémios

ARTIGO 9.º (Critérios de avaliação)

1. Todos os trabalhos admitidos são avaliados pelo Júri, designadamente com base nos seguintes critérios preenchidos cumulativamente:

- a) Actualidade e relevância científica e/ou prática temática;
- b) Rigor científico, originalidade e interesse respectiva especialidade;
- c) Estrutura e clareza da exposição;
- d) Método de pesquisa e qualidade do tratamento dos dados utilizados ou técnica /tecnologia utilizada;
- e) Pertinência do trabalho e contribuição para a qualidade da área de conhecimento.

2. Os prémios serão entregues contra declaração de recebimento, sendo efectuada retenção na fonte dos eventuais encargos fiscais que, em conformidade com a legislação em vigor, incidam sobre eles.

ARTIGO 10.º (Deliberação de não atribuição do prémio)

O Júri pode deliberar não atribuir o prémio, podendo, em caso, decidir atribuir uma menção honrosa não pecuniária.

ARTIGO 11.º (Cerimónia pública)

A decisão do Júri será tomada por forma que a cerimónia pública de atribuição do prémio possa ocorrer logo após a sessão anual da Assembleia da Universidade Agostinho Neto.

CAPÍTULO V Do Acto Solene de Premiação

ARTIGO 12.º (Entrega)

Os prémios serão entregues em cerimónia especial, a seguir à reunião anual da Assembleia da Universidade Agostinho Neto, data a ser divulgada oportunamente.

CAPÍTULO VI Disposições Finais

ARTIGO 13.º (Causas de nulidade)

A violação de qualquer das disposições do presente Regulamento implica a nulidade das decisões fundamentadas nas disposições.

ARTIGO 14.º (Aplicação)

A aplicação do presente Regulamento é restrita à atribuição do Prémio "UAN de Investigação Científica" a cada ano a que se refere o prémio.

ARTIGO 15.º (Competência da Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos)

1. Compete à Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos da Universidade Agostinho Neto velar pelo respeito das disposições do presente Regulamento.

2. Todos os casos omissos no presente Regulamento serão decididos pela Comissão Permanente do Senado para os Assuntos Científicos da Universidade Agostinho Neto.

Universidade Agostinho Neto, em Luanda, aos 6 de Abril de 2012. — O Reitor, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Deliberação n.º 2/14
de 10 de Fevereiro

Considerando que os Institutos Superiores constituem um dos tipos de unidades orgânicas da estrutura fundamental do sistema universitário nos seus aspectos pedagógico e científico, cabendo-lhes ministrar cursos superiores e promover a investigação científica;

Tendo-se verificado a necessidade de existência de uma unidade orgânica na Universidade Agostinho Neto que esteja vocacionada, especificamente, para a ministração de cursos, a promoção e realização de investigação científica nos domínios das tecnologias, com vista a contribuir para a satisfação das necessidades de desenvolvimento económico e social da Região Académica n.º I, em particular e do País, em geral;

E considerando que a UAN pode solicitar, ao órgão de tutela, a criação de unidades orgânicas, após deliberação do Senado, nos termos das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 44.º do respectivo estatuto orgânico e do artigo 6.º do Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro, que regula o processo de criação ou autorização de criação de Instituições de Ensino Superior;

Ao abrigo da competência conferida pela alínea i) do artigo 25.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada aos 12 de Dezembro de 2013, no Campus Universitário de Camama, em Luanda, delibera o seguinte:

1.º — Aprovar a proposta de criação do Instituto Superior de Tecnologias da Universidade Agostinho Neto, abreviadamente designado por ISTUAN e submeter o respectivo processo de solicitação de criação da referida unidade orgânica ao órgão de tutela, para os ulteriores termos.

2.º — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Deliberação n.º 3/14
de 10 de Fevereiro

O Senado Universitário, por Deliberação n.º 02/SU/2010, de 26 de Janeiro, deliberou a passagem do Centro de Estudos em Ciências Jurídico-Económicas e Sociais, então vinculado à Faculdade de Direito, para unidade orgânica da Universidade Agostinho Neto (UAN);

Considerando que compete ao órgão de tutela pronunciar-se sobre a criação, integração, modificação e extinção de centros de estudos e investigação científica e homologar os regulamentos das instituições de ensino superior públicas e consequentemente das respectivas unidades orgânicas;

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 44.º e das alíneas i) e t) do artigo 25.º, ambos do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada no dia 12 de Dezembro de 2013, no Campus Universitário da UAN, de Camama, em Luanda, deliberam o seguinte:

1.º — É aprovado o Estatuto Orgânico do Centro de Estudos em Ciências Jurídico-Económicas e Sociais da UAN, abreviadamente designado por CEJES, para efeitos de homologação pelo Órgão de Tutela, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea l) do artigo 10.º do Estatuto Orgânico da UAN e da alínea o) do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior.

2.º — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Deliberação n.º 4/14
de 10 de Fevereiro

O Senado Universitário, por Deliberação n.º 02/SU/2010, de 26 de Janeiro, deliberou a passagem do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas, então vinculado à Faculdade de Direito, para unidade orgânica da Universidade Agostinho Neto (UAN);

Considerando que compete ao órgão de tutela pronunciar-se sobre a criação, integração, modificação e extinção de centros de estudos e investigação científica e homologar os regulamentos das instituições de ensino superior públicas e consequentemente das respectivas unidades orgânicas;

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 44.º e das alíneas i) e t) do artigo 25.º, ambos do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada no dia 12 de

Dezembro de 2013, no Campus Universitário da UN de Camama, em Luanda, deliberam o seguinte:

1.º — É aprovado o Estatuto Orgânico do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas da UAN, abreviadamente designado por CEDP, para efeitos de homologação pelo Órgão de Tutela, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea l) do artigo 10.º do Estatuto Orgânico da UAN e da alínea o) do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior.

2.º — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Deliberação n.º 5/14
de 10 de Fevereiro

Havendo necessidade de dotar o Instituto Superior Politécnico do Bengo, da Universidade Agostinho Neto, de cursos que permitam assegurar a aquisição de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais, bem como assegurar a subsequente formação profissional ou académica nos domínios para os quais está vocacionado;

Nos termos da alínea i) do artigo 25.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada, aos 12 de Dezembro de 2013, no Campus Universitário do Camama, em Luanda, delibera o seguinte:

1.º — Aprovar a proposta de criação dos Cursos de Graduação que devem ser ministrados inicialmente no Instituto Superior Politécnico do Bengo, da Universidade Agostinho Neto e submeter o respectivo processo de solicitação de criação dos referidos cursos ao órgão de tutela, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 6.º e 8.º do Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro.

2.º — Os cursos referidos no número anterior são os seguintes:

- a) Engenharia Ambiental;
- b) Engenharia Hidráulica;
- c) Engenharia Alimentar;
- d) Engenharia Zootécnica;
- e) Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais;
- f) Motricidade Humana;
- g) Economia Agrária;
- h) Silvicultura;
- i) Agro-Ecologia e Gestão Ambiental;

k) Engenharia Agronómica.

3.º — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se.

Senado Universitário, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Deliberação n.º 6/14
de 10 de Fevereiro

Convindo complementar a instrução da proposta de criação do Instituto Superior de Tecnologias da Universidade Agostinho Neto (ISTUAN), com a proposta de criação de respectivos cursos que permitam assegurar a aquisição de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais, bem como assegurar a subsequente formação profissional ou académica no domínio das tecnologias;

Nos termos da alínea i) do artigo 25.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada aos 12 de Dezembro de 2013, no Campus Universitário do Camama, em Luanda, delibera o seguinte:

1.º — Aprovar a proposta de criação dos Cursos de Graduação que devem ser ministrados inicialmente no Instituto Superior de Tecnologias da Universidade Agostinho Neto (ISTUAN) e submeter o respectivo processo de solicitação de criação dos referidos cursos ao órgão de tutela, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 6.º e 8.º do Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro, conjuntamente com o processo de solicitação de criação da respectiva unidade orgânica.

2.º — Os cursos referidos no número anterior são os seguintes:

- a) Engenharia e Gestão Industrial;
- b) Engenharia Biomédica;
- c) Engenharia Aeronáutica;
- d) Engenharia em Arquitetura Naval;
- e) Engenharia Física;
- f) Engenharia Biológica;
- g) Engenharia de Redes de Comunicações;
- h) Química Tecnológica;
- i) Gestão de Informação;
- j) Engenharia Electrotécnica e de Computadores;
- k) Engenharia de Transportes;
- l) Engenharia Mecatrónica;
- m) Engenharia Electromecânica.

3.º — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se.

Senado Universitário, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Deliberação n.º 7/14
de 10 de Fevereiro

Considerando a necessidade de assegurar o aperfeiçoamento técnico-profissional de licenciados; e sendo indispensável e urgente compatibilizar o programa de formação pós-graduada da Universidade Agostinho Neto com o Plano Nacional de Formação de Quadros;

Ao abrigo da alínea k) do artigo 25.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada, aos 12 de Dezembro de 2013, no Campus Universitário do Camama, em Luanda, ouvido o Conselho de Direcção, delibera o seguinte:

1.º — Aprovar o Plano Previsional de Formação Pós-Graduada da Universidade Agostinho Neto, para o ano de 2014, em função das propostas das respectivas unidades orgânicas.

2.º — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se.

Senado Universitário, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Atendendo da alínea k) do artigo 25.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 229/11, de 19 de Agosto, o Senado Universitário, na sua reunião realizada, aos 13 de Dezembro de 2013, no Campus Universitário de Camama, em Luanda,

ouvido o Conselho de Direcção, delibera o seguinte:
1.º - Aprovar o Plano Profissional de Formação Pós-Graduada da Universidade Agostinho Neto, para o ano de 2014, em função das propostas das respectivas unidades orgânicas.

2.º - A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

Publicue-se.

Senado Universitário, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, Orlando Manuel José Fernandes da Mata.

A presente Deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.
Senado Universitário, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013. — O Presidente do Senado, Orlando Manuel José Fernandes da Mata.

Deliberação nº 7/14
de 10 de Fevereiro

Atendendo a necessidade de assegurar o aperfeiçoamento técnico-profissional de licenciados, e sendo indissociável a urgente compatibilizar o programa de formação da Universidade Agostinho Neto com o Plano de Formação de Quadros;